



2

*A Moderna Tradição Brasileira – Cultura brasileira e Indústria Cultural, do Livro à Obra**

Brazil's Modern Tradition: Brazilian culture and cultural industry, from the book to the work

Mariana Barreto**

* Este artigo desenvolve ideias apresentadas em MIRA, C. e BARRETO, M. (2018) O claro assombro de nossa moderna tradição. *Ciências Sociais Unisinos*, 54 (2): 148-154. Recebido em: 20.02.2019. Aprovado em: 18.05.2019

** Professora Adjunta IV do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Email: mariana.barreto@pq.cnpq.br

Resumo: o artigo apresenta a hipótese de que existe na obra de Renato Ortiz uma ruptura com certo nacionalismo metodológico. Ela toma corpo em sua pesquisa sobre a *Moderna Tradição* brasileira e se desenvolve ao longo dos trabalhos posteriores. Há a defesa de que no livro publicado em 1988 se estabelecem os princípios metodológicos que a identificam, isto é, na pesquisa empreendida sobre o processo de modernização cultural brasileiro o autor desnacionaliza questões e tradições intelectuais. Do livro à obra, a autonomia epistemológica conquistada não faz desaparecer o incansável exercício de exploração da dimensão transnacional da produção da cultura, quer quando esteja trabalhando com a construção das identidades nacionais, com os registros sobre a mundialização da cultura, quer quando reflita sobre o trabalho intelectual.

Palavras-Chave: *Moderna Tradição* brasileira; nacionalismo metodológico; culturas nacionais.

Abstract: the article presents the hypothesis of a rupture, in Renato Ortiz's work, with some methodological nationalism. Such a break appears in his research about Brazil's modern tradition and is further developed in other works. The methodological principles of such a rupture are established in the book originally published in 1988. When analyzing the process of modernization of the Brazilian culture in that book, the author denationalize issues and intellectual traditions from the country. From the book to his entire work, the epistemological autonomy does not result in the lack of tireless effort to explore the transnational dimension of cultural production. This is true whether Ortiz is investigating the construction of national identities, the globalization of culture or when reflecting on the intellectual work.

Keywords: Brazil's Modern Tradition; methodological nationalism; national cultures.



¹ A Gabriel Cohn já devíamos as primeiras contribuições aos estudos dos fenômenos da produção, recepção e consumo cultural em sentido amplo. Uma versão de sua tese de doutorado, publicada em 1973, "Sociologia da Comunicação. Teoria e ideologia" é um exemplo de seu papel precursor na investigação sociológica de objetos antes restritos à comunicação. COHN, G. (1973). *Sociologia da Comunicação*. Teoria e Ideologia. São Paulo, Pioneira, 170 p.

² A resenha de Lúcia Lippi Oliveira atesta isso. OLIVEIRA, L. L. (1988). Seja moderno, seja conservador. *Estudos Históricos*, 1 (2): 310-316.

³ Ver MIRA, C. E BARRETO, M. (Orgs.). (2018). Dossiê: A Moderna Tradição Brasileira, 30 anos depois. *Ciências Sociais Unisinos*. 54 (2): 148-177. BARRETO, M. (Coord.). 30 anos de publicação de "A Moderna Tradição Brasileira" (Mesa-redonda). 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, 09 a 12 de julho de 2019, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

Introdução

Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural, livro de Renato Ortiz publicado em 1988, disputa seu prestígio com *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, publicado três anos antes, em 1985. No entanto, as muitas edições e reedições do livro, as discussões que sistematiza de início e o caminho reflexivo que se amplia em seu final colocaram o livro de 1988 num lugar de destaque, tanto no conjunto das obras do autor, quanto no seletivo grupo dos clássicos da sociologia brasileira.

O tema do exame da existência de uma indústria cultural no Brasil, sua formação e consolidação, as características que a singularizaram e seu papel no processo de modernização cultural, oferecem pistas importantes para refletirmos sobre como “o tradicional e o moderno se interpenetram e promovem uma tradicionalização do moderno”, como observa Gabriel Cohn¹, autor que marca a trajetória do livro.

Quando lançado, foi objeto de intenso debate em inúmeros trabalhos². Hoje, suas ideias e hipóteses ainda são descobertas, redescobertas, reproduzidas, testadas, contestadas, em trabalhos de variável envergadura; elas apresentam o Brasil moderno tanto para os estudantes em início de formação, quanto para pesquisadores experientes, nativos ou não, com intenções semelhantes ou

heterogêneas. Esta repercussão pode ser mensurada pelo número de citações que o texto contabiliza, por suas cinco edições e diversas reimpressões, pelos balanços críticos que recebeu quando de seu aniversário de trinta anos de publicação³. Em todas estas ocasiões aparecem destacadas suas contribuições teóricas, a originalidade das teses que demonstra, as novas interpretações que seu modelo analítico sugere, assim como a indefectível força de seus argumentos nos debates contemporâneos em diversos domínios das ciências sociais.

Nesta leitura crítica de *A Moderna Tradição*, apresento a hipótese de que existe na obra de Renato Ortiz uma ruptura com o nacionalismo metodológico que marca os estudos sobre a temática da modernização brasileira. Tal descontinuidade toma corpo em sua pesquisa sobre a *Moderna Tradição* brasileira e se desenvolve ao longo dos trabalhos posteriores. Defendo que, no livro publicado em 1988, se estabelecem os princípios metodológicos que a identificam, ou seja, na pesquisa empreendida sobre o processo de modernização cultural brasileiro o autor desnacionaliza questões e tradições intelectuais. Do livro à obra, a autonomia epistemológica conquistada não faz desaparecer o incansável exercício de exploração da dimensão transnacional da produção da cultura, quer quando esteja trabalhando com a construção das identidades



nacionais, com os registros sobre a mundialização da cultura, quer quando reflita sobre o trabalho intelectual.

A discussão está dividida em três tópicos. No primeiro, *Como quisemos ser modernos (descontinuar o nacionalismo metodológico)*, apresento de que maneira o autor rompe com o nacionalismo metodológico que marcou as reflexões sobre a cultura brasileira; ele enfrenta criticamente as abordagens inscritas num quadro de nacionalização da vida intelectual, encerradas num comparatismo entre os padrões de dependência cultural nas periferias e os padrões de autonomia das produções culturais nas metrópoles. No segundo, *Como somos modernos (desnacionalizar as questões nacionais)*, discuto por que, ao operar esta ruptura pelo método, o autor explora a dimensão transnacional da cultura, evidenciando que nada é mais transnacional que os processos de modernização das formações nacionais. A desnacionalização das questões nacionais ganha relevo quando a fragilidade de suas delimitações nacionais, marca da nossa modernização como projeto nunca realizado, é explicada e interpretada. Por fim, justifico, na medida do possível, as escolhas que fiz para elaboração de meus comentários críticos ao livro.

Como quisemos ser modernos (descontinuar o nacionalismo metodológico)

A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural, ontem e hoje, permanece na linha de frente do debate sobre os modos e estratégias de nacionalização, internacionalização ou transnacionalização da cultura brasileira. A disputa de ontem, a um só tempo cultural e política em torno do “popular-nacional”, implicando em classificações e hierarquizações da produção cultural, de uma história de conformação da cultura brasileira, associando por um longo período a discussão sobre a identidade nacional ao problema da cultura popular e à questão do Estado, foi incansavelmente trabalhada pela abordagem sócio-histórica e comparativa levada a efeito por Renato Ortiz. De modo semelhante, o processo de consolidação de um mercado de bens simbólicos no país aparece como evidência dos investimentos realizados, e das relações de força aí consagradas, empreendidos por grupos tradicionais buscando tornar hegemônicas suas definições de autenticidade no amplo espectro da diversidade cultural brasileira. O alcance explicativo de seu recorte temático e conceitual, em ambos os casos, não oculta os fenômenos transnacionais de circulação, trocas e transferências entre espaços culturais assimétricos que marcaram, e ainda marcam, as disputas pelo monopólio destas classificações. A empreitada levada a efeito pelo autor em seus trabalhos subsequentes confirma a importância, para



⁴ Cujos primeiros resultados apareceram em ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 234 p. e ORTIZ, R. (1996). *Um Outro Território*. Ensaio sobre a Mundialização. São Paulo, Olho d'água, 206 p.

sua obra, do problema que é construído em *A Moderna Tradição Brasileira*.

Seguramente, ela abre vias de investigação da maior importância para repensarmos a ficção bem fundada das formações eminentemente nacionais das identidades nacionais, na medida em que destaca sua heterogeneidade e reconhece o fato de que o “espaço das possibilidades”, para os distintos objetos da sociologia da cultura, está longe de se circunscrever ao território nacional. O livro contribui de modo inédito para a compreensão de que, a rigor, a base nacional dos campos é um fato histórico que podemos datar, não é universal.

Por estas razões, a linha de força estabelecida nele pode ser seguida pela história transnacional que subentende as formações nacionais, tantas vezes encoberta pelos nacionalismos (LÖFGREN, 1989; THIESSE, 1999; BOSCHETTI, 2010); no caso brasileiro, a inexorabilidade do processo de racionalização capitalista irá operar uma experiência de modernização que desconheceu os limites entre fronteiras nacionais. Exatamente aí, ao circunscrever seu argumento à discussão sobre o advento de uma cultura “internacional-popular”, quando da consolidação do mercado de bens simbólicos no país, emerge um trabalho que não se encerra sobre si mesmo. Sua “Inconclusão”, ao suscitar questões fecundas e renovadas sobre as condições para a emergência de espaços transnacionais da produção

cultural, permite melhor compreender a centralidade do livro na obra de Renato Ortiz. O autor é incansável ao afirmar que o último capítulo *Do popular-nacional ao internacional-popular?* abre caminho para seus estudos sobre os processos de mundialização da cultura.⁴ E, antes disso, quando esboçava as ideias de *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, enunciava,

[...] Uma outra linha de pesquisa a ser apontada é aquela que retoma a perspectiva do “imperialismo” ou do “colonialismo” cultural. Recolocar essas questões equivale na verdade situar a produção cultural brasileira no contexto mais amplo das relações internacionais. Toda uma discussão que permeia a literatura brasileira, as ideias fora do lugar, a alienação cultural, o brasileiro como imitador do estrangeiro, etc., pode ser aqui apreciada. Caberia talvez neste ponto estabelecer uma distinção entre uma abordagem historiográfica e outra de cunho metodológico, na qual, os próprios conceitos de “imitação”, “ideias fora do lugar”, fossem considerados criticamente. (ORTIZ, 1982, p. 108).

Era preciso questionar as condições sociais da circulação das ideias, examinar os usos estratégicos dos textos e dos autores, confrontar suas categorias de percepção e homologias de interesses, questionar as tradições nacionais, tensionar os nacionalismos intelectuais acentuando seus interesses sem perder de vista as estruturas dos campos de produção e recepção, nacionais e/ou estrangeiros. (BOURDIEU, 2009, p.30). A primeira parte da *Moderna Tradição* é consagrada a uma revisão da discussão cultural como um itinerário intelectual nacional. Seus princípios



⁵ Exemplos recentes de obras importantes que trabalham nesta perspectiva encontramos em SAPIRO, G. (2013). *Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Théorie du Champ*, N° 200, Décembre: 71 - 85. ROUEFF, O. (2013). *Les homologues structurales: une magie sociale sans magie? La place des intermédiaires dans la fabrique des valeurs.* In: COULANGEON, P. et al. (2013). *Trente Ans Après La Distinction, de Pierre Bourdieu.* Paris, La Découverte, p. 153-164. LIZÉ, W., NAUDIER, D., e ROUEFF, O. (2011) *Intermédiaires du Travail Artistique: à la Frontière de l'Art et du Commerce.* Paris, Département des Études, de la Prospective et des Statistiques, 264 p. BOSCHETTI, A. (Dir.). (2010). *L'Espace Culturel Transnational.* Paris, Nouveau Monde, 509 p. SAPIRO, G.; LEPELIER, T. E BRAHIMI, M.A. (2018). *Qu'est-ce qu'un champ intellectuel transnational? Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Champs intellectuels transnationaux,* N° 224, Septembre: 4-11.

⁶ Vide as disputas entre os artistas populares mais legítimos e os outros,

metodológicos denotam que o sentido e a função das ideias estrangeiras são determinados mais pelo campo de recepção que pelo de origem, evidenciando os limites do comparatismo entre nossa dependência atávica e a autonomia absoluta do outro, perspectiva estruturante da nacionalização de nossos dilemas nacionais.

Hoje é possível alinhar sua *démarche*, centrada na circulação dos bens simbólicos, nos embates pela construção de hegemonias culturais, à de jovens pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais, quando identificam, a partir de seus objetos e problemáticas de estudo, a existência dos campos em escala mundial, atestada pela circulação dos bens simbólicos no mercado global, pelos diferentes graus de nacionalização, desnacionalização e internacionalização de determinados produtos em seus mercados nacionais, pelas posições dos campos nacionais no espaço internacional, pelas redes de colaborações que se estendem para além das fronteiras nacionais, pela participação de seus agentes em instâncias específicas internacionais, supranacionais ou transnacionais.⁵

A renovação do modelo intelectual que o livro inaugura nomeia o processo de modernização da cultura brasileira, questiona convicções e desfaz ilusões sobre o que somos. Enquanto discutíamos a modernização como projeto, ela se realizava como fato. Observamos o advento de uma sociedade de consumo e a

consolidação de um mercado de bens simbólicos nas décadas de 1960 e 1970 operados por uma articulação entre Estado autoritário e mercado, ao passo que, por outras vias, a questão nacional ocupava o centro do debate empreendido pelos intelectuais contra o Estado. Para muitos artistas e intelectuais a produção da “autêntica” cultura nacional, fruto da consolidação de uma indústria cultural, não era reconhecida como moderna, como brasileira, porque demasiadamente “estrangeira”.⁶

Na verdade, o campo da produção da cultura fora definido pelo “mercado” numa articulação política que lhe foi favorável na medida em que, não só o Estado, mas uma série de importantes intermediários do trabalho cultural tomaram para si e realizaram a tarefa da integração nacional. Diversos produtores culturais, executivos e gerentes das companhias de discos, emissoras de televisão, agências de publicidade etc., trabalharam aproximando os consumidores, intensificando a oferta e o consumo de produtos em todo o território nacional, internacionalizando nossa produção cultural e inscrevendo o transnacional na formação de uma nacionalidade dita “periférica”. Noutros termos, a questão nacional foi tomada como ideologia pelo mercado mundial, pelas indústrias culturais capazes de produzir a mais “autêntica” cultura brasileira para consumo interno e exportação, reelaborando as definições



e as lutas pelo reconhecimento das produções com maior ou menor grau de autenticidade do popular. BARRETO, M. (2018). Por uma sociologia do artista popular. *Política & Sociedade*, 38 (17), p. 169-194.

⁷ Notadamente os romances precursores de José de Alencar, as teorias raciológicas mobilizadas por Sívio Romero, Nina Rodrigues, ou mesmo a revalorização do regional empreendida por Gilberto Freyre. ORTIZ, R. (1992). *Cultura Popular*. Românticos e Folcloristas. São Paulo, Olho d'Água, 102 p. De acordo com Heilbron (2009), de início, a questão das tradições nacionais nas ciências aparece como uma questão política: “As alianças entre os eruditos e os Estados-nacionais tendem a se cristalizar em modos de regulação mais ou menos estáveis que podemos descrever, em termos foucaultianos, as articulações específicas entre conhecimento e poder” (p. 302-303).

⁸ Segundo Sapiro (2013), a autonomia de um campo resulta das lutas de interesse e do processo de diferenciação que desapropria alguns grupos de seus domínios e competências. O fator de heteronomia aparece como constitutivo desta autonomia. As lógicas expansionistas dos mercados, por exemplo, têm na

anteriores produzidas por acadêmicos e literatos, artífices da identidade nacional.

Ao alcançar este entendimento sobre as morfologia e dinâmica do processo de modernização da sociedade brasileira, algumas regularidades aí identificadas passaram a constituir traços importantes no jogo de forças da nossa formação nacional. Descompassos, atrasos, incipiências, improvisações, precariedades são marcas atribuídas à nossa ordem social, manifestas nas reflexões comparatistas carregadas de paixões, ilusões e sonhos daqueles que fizeram parte da história intelectual e política brasileiras⁷.

Desde os românticos, folcloristas, e a invenção da cultura popular como “espelho da alma do povo” até os agentes do Estado Novo, passando pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pelos artistas e autores vinculados ao Centro Popular de Cultura da União Nacional do Estudantes, mas também pelos capitães da indústria seguidos pelos managers responsáveis pelo advento de um mercado de bens simbólicos no país, pela consolidação de uma indústria cultural capaz de efetivar a integração nacional subordinando a questão nacional à sua lei, vivemos cada uma destas fases desacreditando na heteronomia estatal, econômica e política, marca de qualquer formação nacional, inclusive de sua internacionalização.⁸

Acrescente-se a isso o fato de que insistimos em continuar denegando, escondendo, recalçando estas características; volta e meia nos enredamos no dilema que carrega nossa *Moderna Tradição*, isto é, acreditamos num passado passível de ser constantemente elaborado, aprisionado num futuro que nunca chega. Tendemos a viver a ficção de uma modernização cultural homogênea, equivalente, cuja tradição foi amalgamada neste processo superando conflitos, operando rupturas definitivas, inaugurando modernismos perenes, o que nos faz desconsiderar que os fenômenos de circulação, trocas e transferências, base das formações nacionais, são irregulares, assimétricos, porque animados pela atuação dinâmica das culturas e empreendidos por atores em movimento e disputa.

A origem desta falsa sincronia talvez esteja relacionada ao frágil equilíbrio que sempre existiu entre Estado e mercado, as duas forças que procuraram continuamente monopolizar o campo da produção da cultura no Brasil (e no mundo). Para a intelligentsia brasileira que sempre discutiu a questão da construção de uma identidade nacional, a autonomia do campo da produção cultural não só foi tomada como absoluta, como também maculada pela heteronomia intensificada do mercado. Por um lado, este contribuiu para afrouxar as restrições estatais, impôs sua lei, a do lucro; por outro, fez com que o Estado contrabalançasse os efeitos de suas



internacionalização um fator importante que favorece circulações e trocas, necessitando de estratégias de resistência que se desenvolvem tanto no nível local, quanto no nacional ou internacional, para defender a autonomia dos campos. É a internacionalização destas estratégias e lutas em defesa da autonomia que constitui um dos indícios da emergência dos campos transnacionais; na medida em que são criadas instâncias específicas, expandem-se os espaços de recepção e se formam redes, formais e informais, capazes de fomentar as colaborações e trocas. A autora apresenta, então, dois componentes de renovação da teoria dos campos: o primeiro, quando demonstra que a heteronomia é constitutiva da autonomia, e o segundo, ao esquadrihar a realização dos campos nacionais num espaço transnacional, onde as desigualdades internas podem ser subvertidas (a internacionalização, por exemplo, pode funcionar como um “recurso” contra as defasagens e estratégias de censuras e marginalizações locais (CASANOVA, 2013)). Sem ceder à ilusão retrospectiva de uma coerência reconstruída, acreditamos que *A Moderna Tradição*, de maneira subliminar, apresenta, no conjunto de sua análise, e nos dados empíricos apresentados, fundamentos favoráveis à reavaliação de nossos objetos a

ações pelas políticas de apoio às produções mais restritas (e no caso brasileiro, às ampliadas também). *A Moderna Tradição* coloca a relação nos seguintes termos:

Não resta dúvida que essas visões apresentadas [sobre a autenticidade da identidade nacional] fazem parte da história intelectual e política brasileiras, nesse sentido elas permanecem presentes ainda hoje nos debates e na implementação de determinadas ações culturais. A perspectiva folclorista sobrevive, sobretudo, nas regiões periféricas do país, onde ocorre uma simbiose entre o popular tradicional e as políticas de cultura realizadas pelas secretarias e conselhos municipais e estaduais. Ela se encontra ainda associada a uma ideologia das agências governamentais, para as quais o argumento da tradição é fundamental na orientação das atividades que se voltam para a preservação da “memória”, dos museus, das festas populares e do artesanato folclórico. Esse tipo de argumentação legítima as ações do Estado nessas áreas [...]. (ORTIZ, 1988, p. 163).

[...] Nesse sentido [quando a indústria cultural equaciona a identidade nacional] se pode afirmar que o nacional se identifica ao mercado; à correspondência que se fazia anteriormente, cultura nacional-popular, substitui-se uma outra, a cultura mercado-consumo [...]. (ORTIZ, 1988, p. 165).

O método sócio-histórico e comparativo mobilizado pelo autor deixa ver os princípios de diferenciação próprios à sociedade brasileira. Ele leva em conta as trocas, as relações de força, de dependência, os encaixes e desencaixes, identifica os agentes, reconhece os intermediários dos campos político, econômico e artístico que ao longo de mais de quarenta anos fizeram e refizeram a história da cultura brasileira no século XX. A comparação entre o Brasil e outras formações nacionais, Europa e Estados Unidos, os

efeitos das diferenças espaciais e temporais induzidos pela circulação dos modelos examinados, afastando-o do comparatismo entre experiências societárias distintas, lembram o tempo inteiro que a contemporaneidade pode não ser sincrônica.⁹ A historicidade e a temporalidade que assumiu o campo da produção da cultura no Brasil, ainda que tenha o atraso e a vergonha por ele como obsessões, forjaram o processo de modernização conservador e autoritário que tivemos. A singularidade de nossa modernização cultural, e porque não política e econômica, não reside tanto na ausência de uma autonomia das esferas da cultura, ou de nossa condição periférica, mas nas duas marcas ordinárias que insistimos em expungir.

Não parece uma desfiguração da ideia originária do autor afirmar que, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista metodológico, temos, desde *A Moderna Tradição Brasileira*, o exercício de ruptura com certo nacionalismo metodológico, marca da tradição intelectual autóctone. Sua questão caminha justamente no sentido de abandonar a enrijecida estratificação tensionada, de maneira substancialista, pelas matrizes polarizadas do moderno x tradicional, nacional x internacional, atrasado x desenvolvido, autêntico x cópia, centro x periferia etc. Ilusões essencialistas que, no âmbito da história dos debates sobre a formação de nossa



partir desta perspectiva.

⁹ Não são raros os trabalhos de Renato Ortiz onde há o exame da sociedade brasileira a partir de realidades que lhe são exteriores, num esforço de desnacionalização de seus objetos. Já nas primeiras páginas de *Cultura e Modernidade* (1991), livro dedicado ao exame da emergência da modernidade na França no século XIX, podemos ler: “À primeira vista, pode parecer estranho que um intelectual brasileiro tenha se interessado pela França no século XIX. Mas este livro, que trata de um objeto aparentemente distante, nasceu de minhas preocupações com a temática da modernidade. [...] Estou convencido de que hoje, até mesmo para compreendermos as culturas nacionais, devemos de uma certa forma nos descentralizar, procurando entender este *world system* ao qual estamos integrados. Se durante muito tempo a história da identidade brasileira girou quase exclusivamente em torno de nosso ‘nacional-popular’, creio que a emergência de uma realidade ‘internacional-popular’ configura uma nova etapa das sociedades mundiais” (p.7). Passagem semelhante encontramos em *Cultura Popular*. Românticos e folcloristas (1992): “Curioso que foi a partir de uma exigência brasileira, que me deparei com toda uma literatura européia” (p.8). Em *Um Outro*

identidade nacional, marcaram suas construções mais significativas, inclusive as fortemente nacionais.

Como somos modernos (desnacionalizar as questões nacionais)

Renato Ortiz discute o que nos falta sem abrir mão da exposição das formas como estas ausências foram preenchidas, das maneiras como a iminência dos fatos se impuseram aos nossos projetos. Daí porque desde 1988 nos surpreendemos com as faces do Brasil. Quase sempre as incertezas se distinguem porque acompanhadas pelas questões subjacentes: “como o país se transformou” ou “onde o projeto de modernização malogrou”. O nosso dilema atual, por exemplo, gira em torno da segunda questão.

A *Moderna Tradição*, um clássico de apenas 30 anos, oferece pistas que ajudam a explicar, por duas teses que revela, nossa atual “deriva autoritária”, a “intolerância instalada”, nosso despudor “arrogante e falso”, nossa fragilidade democrática e/ou a exposição de nossas virtudes mais ilusórias. Ambas, apesar de inexoráveis, quase sempre ignoradas: a primeira diz respeito ao fato de que nos tornamos modernos conservando nossa tradição (inclusive a experiência da escravidão) e a segunda é que assistimos esta modernização se consolidar no seio de um Estado autoritário e conservador.

Eis uma face de nossa *Moderna Tradição*, apresentada no livro, que emerge com força na atualidade. Apesar de ser lido como um trabalho sobre a consolidação do mercado de bens simbólicos no Brasil, uma de suas contribuições mais fecundas encontra-se na síntese daquelas duas ideias complementares, cuja atualidade acentua a candência do livro e a relevância de sua voz para o debate contemporâneo.

Os problemas do colonialismo ou do imperialismo cultural, que desde o século XIX transformaram-se em obsessões para as elites culturais e intelectuais nativas, produtoras de uma ideologia do “caráter nacional”, são explicados pelo autor como elementos constitutivos de uma tradição do pensamento brasileiro sobre a cultura, o que lhe permite interpretar as relações de força que a produziram, e a (re)produzem. Escapou aos teóricos desta ideologia, confinados em seus interesses nacionais, compreender que as barreiras entre as diferentes culturas nacionais não estão protegidas das rápidas expansões do capitalismo industrial, os mercados sempre rompem as fronteiras estatais (DE SWAAN, 1998, p. 96). A autonomização da esfera da cultura brasileira aconteceu quando se consolidou uma indústria cultural no país, a cultura brasileira ajustou-se aos padrões internacionais de produção e distribuição dos bens simbólicos. Alienados, dependentes, colonizados ou não, a história da ideologia da cultura brasileira ganhou novos contornos.



Território (1996): “Ironicamente, minha preocupação com o Brasil radicalizou meu desenraizamento, como se eu buscasse fora das inquietações nacionais explicações mais convincentes sobre a realidade que me envolvia” (p.7). Ou ainda em *O Próximo e O Distante* (2000): “Viajar ao Japão não significa conhecer um ‘outro mundo’, como acreditavam os românticos, mas deslocar-se no interior de um *continuum* espacial diferenciado” (p.14).

Não há como estudar as mutações em nossos padrões de dependência sem considerarmos a internacionalização como contrapartida da formação das nações. No âmbito da cultura, onde a questão política a desafia, suas relações com o Estado constituem um forte componente daquela tradição. No entanto, esta marca não é exclusividade brasileira, ela foi parte constitutiva do processo de formação dos Estados-nação ontem, no século XIX, e hoje, no século XXI, ainda o é com a intensificação das formas de mundialização das culturas nacionais. (SAPIRO, 2009).

Ao descrever as etapas de construção simbólica da identidade nacional, a análise de Renato Ortiz faz emergir uma série de intermediários alterando as dinâmicas modernizadoras locais e nacionais, evidenciando que tais processos não isolam os intercâmbios entre culturas, são antes marcados pela reciprocidade, correlação e porosidade das relações (sem prescindir da observação da natureza assimétrica das circulações culturais). As relações entre cultura e política, quando examinadas enfrentando criticamente os limites dos paradigmas anteriores - influência estática, cópia fiel (ou mal feita), produções e recepções tomadas em vias de mão única, dos centros às periferias -, aprofundam uma perspectiva de análise que, desenvolvida em obras posteriores sobre a mundialização da cultura, aqui, em *A Moderna Tradição*, reposiciona o Brasil no centro de um debate incomum. Nas palavras do autor,

Dentro de nossa argumentação, dificilmente poderíamos trabalhar a partir dessa oposição entre o nacional e o estrangeiro, pois o que nos interessa é justamente o que é negado nessas teorias, o advento da sociedade moderna. No entanto, os diversos estudos sobre a problemática cultural latino-americana têm o mérito de nos situar dentro de um quadro mais amplo. Sem negar a realidade internacional, que sem dúvida é discriminatória em relação aos países periféricos, mas também esquivando-se das armadilhas que nos encerram a literatura sobre o “colonialismo cultural”, penso que é possível considerar a problemática da cultura brasileira dentro de outro ponto de vista. (ORTIZ, 1988, p. 190).

As tradições reexaminadas por este prisma contribuem para novas inteligibilidades sobre a formação das identidades nacionais, sobre o uso da cultura como meio político, sobre as representações das nacionalidades e o exercício simbólico de suas forças e fragilidades, sobre as formas pouco unívocas das territorialidades culturais (WILFERT-PORTAL, 2010, p. 176). A objetivação de nossa moderna ordem social tratada como “coisa”, à maneira durkheimiana, permitiu ao autor unir uma ideia bifronte num argumento que, acredito, ascendeu em *A Moderna Tradição*, isto é, o de que o Brasil mesmo com suas “deformidades” inseriu-se na confluência das dinâmicas culturais, não como planejou, não como talvez continue planejando, mas como realidade interposta, como uma ordem social que se transfigurou em “fato social”. Caberá a nós entendermos que, no âmbito de uma sociedade mundial, os lugares dos centros e das periferias nem sempre se nivelam, ou desnivelam, da mesma forma.



¹⁰ Em uma recente revisão crítica sobre a querela autonomia e heteronomia na teoria dos campos, Sapiro (2019, p. 21) explica a autonomia relativa como um preceito metodológico que convida a relacionar as disputas internas de um campo, mais ou menos abertas, às oposições estruturais pelas quais as disputas socioeconômicas e políticas exteriores a este campo são, mais ou menos, retraduzidas ou “refratadas”. O grau de mediação entre as lutas internas ao campo e as questões exteriores seria o indicador de seu grau de autonomia. Ver também: Leperlier (2018, p. 12-33)

A autonomia que os centros pensam desfrutar e a heteronomia que as periferias imaginam como causa de suas debilidades, necessitam ser explicadas, ter suas vinculações com os poderes político, econômico e/ou religioso interpretadas como um princípio de estruturação dos campos. Restrições oriundas de exigências político-econômicas, demandas de classe ou estatais pesando sobre a autonomia de um campo, se apreendidas no movimento de enfrentamento às instâncias profissionais de cada campo, denotam nos centros ou nas periferias, os usos, apropriações e julgamentos interessados das produções culturais. (SAPIRO, 2019, p. 2-50).

Ao desnacionalizar questões e temas cujas abrangências não poderiam ser nacionais, tendo em vista que a heterogeneidade é constitutiva da própria ideia de nacionalidade; ao examinar a emergência de um mercado de bens simbólicos no país, *A Moderna Tradição* apreende nossas condições de heteronomia num movimento relacional onde, ao longo da história de uma ideologia da cultura brasileira, o próprio nacionalismo metodológico, e sua fortuna crítica, transformaram-se num princípio estrutural a reger as atividades e competições no seio do campo da produção da cultura, isto é, constituindo-se como princípio estruturante de nossa *Moderna Tradição*.

Do mesmo modo que a autonomia relativa, a heteronomia pode igualmente funcionar à maneira de um preceito metodológico¹⁰, a nos ensinar que a esfera da cultura é formada pelo simbólico, do qual são partes, igualmente importantes de sua composição, os grupos em disputa e seus interesses. Os sentidos dados aos símbolos transformam-se ao longo da história. (ORTIZ, 2017, p.61). constrições interpeladoras de seus graus de autonomia, poderíamos acrescentar.

Servir-se de um texto.

Segundo Patrick Champagne (2013, p. 39-43) existem dois tipos de leituras legítimas de um texto escrito: o primeiro tipo consiste em se servir dos textos dos autores como uma “caixa de ideias”, aquilo que eu entendi pode não ser o que o autor quis dizer, mas é o que anima minhas próprias reflexões. O segundo tipo, igualmente válido, consiste no estudo específico do texto a fim de examinar e comentar de maneira crítica o pensamento do autor. O problema, segundo Champagne, começa quando os dois tipos não se distinguem, isto é, quando fazemos o autor dizer o que ele não disse, e mesmo o inverso do que ele disse, ou quando o leitor atribui a si uma ideia que foi tomada do autor, tal e qual ou reformulada.

Procurei comentar criticamente o texto também me servindo dele. Construí minha argumentação refletindo sobre questões que me inquietam, às quais tenho, nos últimos tempos, empregado certo



¹¹ Champagne (2013, p. 39) citando Sócrates: “o texto tem sempre a necessidade de ser socorrido por seu pai, pois ele não é capaz de reagir a um ataque e de defender-se sozinho”. Na verdade, o pequeno artigo de Champagne é uma crítica às leituras, mal-intencionadas, do conceito de campo

esforço para melhor compreender. Como fiz uma discussão escrita sobre um texto escrito, inibindo o debate, diálogo físico com o autor, onde os erros de interpretação e as “afirmações mal informadas” poderiam ser imediatamente corrigidos, espero não ter incorrido no erro previsto por Champagne, de modo que o autor não precise vir defender seu texto de meus equívocos¹¹. Por via das dúvidas, resguardo a mim e a meu texto, não terminando a discussão com um tipo de “Considerações finais”.

Apresentei aqui duas chaves de leitura da obra que estão longe de prevalecerem como exclusivas. A primeira delas expõe as características metodológicas mobilizadas pelo autor para a compreensão da formação cultural brasileira, seus esforços para romper e questionar a hegemonia do nacionalismo metodológico que marcou as categorias de apreciação e pensamento ocupadas da cultura brasileira, da identidade nacional. Ressaltei como as discussões empreendidas sobre as características desta formação nacional não se restringem a ela mesma. O apuro analítico do autor e a diversidade das fontes de pesquisa as quais recorre lhe permitem contornar certo conservadorismo persistente nos debates sobre a questão nacional, sobre as temáticas do nacional e do popular.

A *Moderna Tradição Brasileira* é uma obra aberta, não sugere unicamente uma análise sob diferentes ângulos a respeito do alcance, significado e importância de suas contribuições para as

ciências sociais. Reavaliar a atualidade das questões colocadas pelo livro, seja para discutir suas hipóteses, pressupostos, seja para encontrar meios de refletir sobre nosso processo de modernização, num momento em que já não vacilamos quanto a sua realização, é desfrutar do privilégio de situar sua força na obra do autor, servir-se do tempo transcorrido para rever a vitalidade de suas teses nos trabalhos posteriores, as metamorfoses do texto na obra.

Entre o livro e a obra há um sistema de correspondências que atravessa lugares, momentos, idades e gerações. Pensados num sincronismo, explicam que a resistência dos nacionalismos intelectuais repousa fortemente nas lutas no seio de cada campo nacional, onde a definição nacional dominante e a definição estrangeira são elas mesmas colocadas em jogo, tanto quanto armas, quanto como questões (BOURDIEU, 2009, p. 38), acentuando a natureza política da cultura.

A análise do processo de modernização da cultura brasileira não poderia apresentar senão uma “Inconclusão”, à altura da ruptura metodológica exercitada, aberta para o exame dos objetos e temas seguintes, onde os particularismos e as particularidades das estruturas nacionais se confrontarão num espaço internacional. Nossas condições de entrada no jogo dependerão daquilo que foi anunciado nas últimas palavras do livro,



[...] A questão é saber se chegamos a um ponto final da história, ou se é somente agora que se abre para nós a possibilidade da escolha entre civilização e barbárie; isto, é claro, se outros projetos surgirem, agora críticos e contrapostos à tradição “nova” em que vivemos (ORTIZ, 1988, p. 212).

A propósito, para Calvino (1981), ler os clássicos é melhor que não lê-los; o duro esforço vale a pena. E nos convence de seu argumento: “[...] citarei Cioran [...]: ‘Enquanto era preparada a cicuta, Sócrates estava aprendendo uma ária com a flauta. ‘Para que lhe servirá?’, perguntaram-lhe. ‘Para aprender esta ária antes de morrer’ ”. (p.16).

Referências

- BARRETO, M. 2018. Por uma sociologia do artista popular. *Política & Sociedade*, 38 (17), p. 169-194.
- BOSCHETTI, A. (Dir.). 2010. *L'Espace Culturel Transnational*. Paris, Nouveau Monde, 509 p.
- BOURDIEU, P. 2009. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. In BRAUDEL, F. 1996. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Século XV-XVIII - O tempo do mundo*. São Paulo, Martins Fontes, 632p.

CALVINO, I. 2007. Por que ler os clássicos. In CALVINO, I. (2007). *Por que ler os clássicos* (trad. Nilson Moulin), 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, p. 9-16.

CHAMPAGNE, P. 2013. Note sur quelques lectures du concept de champ. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Théorie du Champ, 200, Décembre: 39-43.

COHN, G. 1973. *Sociologia da Comunicação*. Teoria e Ideologia. São Paulo, Pioneira, 170 p.

DE SWAAN, A. 1998. *Pour une sociologie de la société transnationale*. Revue de synthèse, 1 (4), p. 89-111.

HEILBRON, J. 2009. Repenser la question des traditions nationales en sciences sociales. In: LIZÉ, W., NAUDIER, D., e ROUEFF, O. 2011. *Intermédiaires du Travail Artistique: à la Frontière de l'Art et du Commerce*. Paris, Département des Études, de la Prospective et des Statistiques, 264p.

LEPERLIER, T. 2018. Un champ littéraire transnational. Le cas des écrivains algériens. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Champs intellectuels transnationaux, N° 224, Septembre: 12-33.

LÖFGREN, O. 1989. The nationalisation of culture. *Ethnologia Europæa*, n° XIX: 5-23.

MIRA, C. e BARRETO, M. 2018. O claro assombro de nossa *Moderna Tradição*. *Ciências Sociais Unisinos*, 54 (2): 148-154.

OLIVEIRA, L. L. 1988. Seja moderno, seja conservador. *Estudos Históricos*, 1 (2): 310-316.

ORTIZ, R. 2017. A problemática da cultura no mundo contemporâneo. *Política & Sociedade*, 35 (16), p. 17-66.



ORTIZ, R. 2015. *Universalismo e Diversidade* - Contradições da modernidade-mundo. São Paulo, Boitempo, 175 p.

ORTIZ, R. 2000. *O Próximo e O Distante*. Japão e modernidade-mundo. São Paulo, Brasiliense, 203 p.

ORTIZ, R. 1996. *Um Outro Território* - Ensaios sobre a mundialização. 2ª Edição, São Paulo, Olho d'Água, 206 p.

ORTIZ, R. 1994. *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 234 p.

ORTIZ, R. 1992. *Cultura Popular*. Românticos e Folcloristas. São Paulo, Olho d'Água, 102 p.

ORTIZ, R. 1991. *Cultura e Modernidade*. A França no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 282 p.

ORTIZ, R. 1988. *A Moderna Tradição Brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo, Brasiliense, 222 p.

SAPIRO, G.; LEPELIER, T. E BRAHIMI, M.A. 2018. Qu'est-ce qu'un champ intellectuel transnational? *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Champs intellectuels transnationaux, N° 224, Septembre: 4-11.

SAPIRO, G. 2019. Repenser le concept d'autonomie pour la sociologie des biens symboliques. *Biens Symboliques*, 4, p. 2-50.

SAPIRO, G. 2013. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation social au prisme de l'histoire global. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Théorie du Champ, 200, Décembre: 71 - 85.

SAPIRO, G. (dir.). 2009. *L'Espace Intellectuel en Europe* - De la formation des États-nations à la mondialisation XIXe - XXIe siècle. Paris, La Découverte, 402p.

ROUEFF, O. 2013. Les homologues structurales: une magie sociale sans magique? La place des intermédiaires dans la fabrique des valeurs. In: COULANGEON, P. et al. 2013. *Trente Ans Après La Distinction, de Pierre Bourdieu*. Paris, La Découverte, p. 153-164.

SAYAD, A. 2010. *La Doble Ausencia* - De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado. Rubí (Bracelona), Anthropos Editorial, 429 p.

THIESSE, A. M. 1999. *La Création des Identités Nationales*. Europe XVIIIe - XXIe siècle. Paris, Seuil, 307 p.

VON SIMON, O.R de M.; QUEIROZ, M. I. P de.; MICELI, S. e ORTIZ, R. 1982. Esboço de um projeto de investigação da produção cultural no Brasil. In QUEIROZ, M. I. P. De e VON SIMON, O. R. de M. (Ed.). 1982. *Centro de Estudos Rurais e Urbanos - Cadernos*, 17, p.89-108.

WILFERT-PORTAL, B. 2010. L'internationalité d'un nationaliste de Paris: Paul Bourget entre Paris, Londres e Rome. In: BOSCHETTI, A. (Dir.). 2010. *L'Espace Culturel Transnational*. Paris, Nouveau Monde, p. 165-194.